

## **Aula 07**

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo  
Estratégico de Noções de Direito  
Administrativo - 2025 (Pós-Edital)*

Autor:  
**Tulio Lages**

10 de Julho de 2025

## Índice

1) O que é mais cobrado no assunto - Improbidade Administrativa - Instituto AOC	3
2) Roteiro de Revisão - Lei de Improbidade Administrativa	4
3) Questões Estratégicas - Improbidade Administrativa - Instituto AOC - Médio	22
4) Questionário de Revisão - Improbidade Administrativa	35
5) Referências Bibliográficas	38



## O QUE É MAIS COBRADO DENTRO DO ASSUNTO?

A análise refere-se ao período de **2020 a 2025**, abrangendo provas realizadas pela banca **Instituto AACP**.

Considerando os tópicos que compõem o nosso assunto, possuímos a seguinte distribuição percentual:

Tópico		% de cobrança Instituto AACP
Base Constitucional		15,15%
Sujeitos Passivos (art. 1º)		0,00%
Sujeitos Ativos (arts. 2º a 8º)		0,00%
Atos de improbidade administrativa	Atos de improbidade administrativa que importam em enriquecimento ilícito (art. 9º)	12,12%
	Atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário (art. 10)	15,15%
	Atos de improbidade administrativa decorrentes de concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário (art. 10-A)	0,00%
	Atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da administração pública (art. 11)	12,12%
Sanções (penas - art. 12)		24,24%
Declaração de bens (art. 13)		0,00%
Procedimentos administrativos e ações judiciais (arts. 14 a 18)		9,09%
Disposições penais (arts. 19 a 22)		0,00%
Prescrição (art. 23)		12,12%



## ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.

Ler e reler a Lei de Improbidade Administrativa – LIA na íntegra, observando os pontos a seguir, aos quais deve ser dada ênfase em seu estudo:

**Observação importante:** os arts. 1º, § 8º, 12, §§ 1º e 10, 17-B, § 3º e 21, § 4º estão com eficácia suspensa em decorrência de decisão do STF proferida no âmbito da ADI 7236.

### Fundamento constitucional

- A responsabilização por atos de improbidade administrativa possui fundamento constitucional no art. 37, § 4º, da CF/88, nos seguintes termos:

*CF/88, art. 37, § 4º - Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.*

Para ajudar na memorização das sanções constitucionalmente previstas, memorize o mnemônico **SPIRA** (**S**uspensão dos direitos políticos, **P**erda da função pública, **I**ndisponibilidade dos bens, **R**essarcimento ao erário, sem prejuízo da **A**ção penal cabível).

### Sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa

- O objeto que será tutelado pelo sistema de responsabilização por atos de probidade administrativa previsto na LIA é a probidade na organização do Estado e o exercício de suas funções, visando assegurar a integridade do patrimônio público e social (art. 1º, caput).

Com efeito, os atos de improbidade violam a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções e a integridade do patrimônio público e social dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como da administração direta e indireta, no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal (art. 1º, § 5º).

- Os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador são aplicáveis ao sistema da improbidade disciplinado pela LIA (art. 1º, § 4º).



## Ato de improbidade administrativa

- A LIA considera atos de improbidade administrativa as condutas **dolosas** (não entram aqui, portanto, as condutas culposas) tipificadas como, ressalvados tipos previstos em leis especiais (art. 1º, § 1º):

- a) ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito (art. 9º);
- b) ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário (art. 10º); e
- c) ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública (art. 11).

É considerado **dolo**, pela LIA, a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado nos arts. 9º, 10 e 11 da Lei, não bastando a voluntariedade do agente (art. 1º, § 2º).

Inclusive, o mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa (art. 1º, § 3º).

Além disso, não configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário (art. 1º, § 8º). **[CUIDADO! A despeito de a LIA trazer essa regra, essa disposição encontra-se suspensa, em razão de os arts. 1º, § 8º, 12, §§ 1º e 10, 17-B, § 3º e 21, § 4º estarem com eficácia suspensa em decorrência de decisão do STF proferida no âmbito da ADI 7236].**

O requisito do dolo talvez seja a principal mudança trazida pela Lei 14.230/2021, já que antes dela a LIA previa o enquadramento de condutas culposas como ato de improbidade.

- O STF entende que o ato de improbidade administrativa é um ato ilícito civil qualificado (“uma ilegalidade qualificada pela prática de corrupção”), bem como que a Lei 14.20/2021 não excluiu essa natureza civil<sup>1</sup>.

- Precedente jurisprudencial importante:

### JURISPRUDÊNCIA

<sup>1</sup> STF – ARE 843989/PR.



"1) É necessária a comprovação de responsabilidade subjetiva para a tipificação dos atos de improbidade administrativa, exigindo-se nos artigos 9º, 10 e 11 da LIA a **presença do elemento subjetivo dolo**;

2) A norma benéfica da Lei 14.230/2021 revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa, **é irretroativa**, em virtude do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, não tendo incidência em relação à eficácia da coisa julgada; nem tampouco durante o processo de execução das penas e seus incidentes;

3) A nova Lei 14.230/2021 aplica-se aos **atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior, porém sem condenação transitada em julgado**, em virtude da revogação expressa do tipo culposo, devendo o juízo competente analisar eventual dolo por parte do agente;"<sup>2</sup>

## Sujeitos ativos

- Sujeitos ativos dos atos de improbidade:

a) **Agente público**: para os efeitos da LIA, é o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades referidas em seu art. 1º (art. 2º, *caput*).

Aqui é importante ficar atento que não apenas servidores públicos são considerados agentes públicos – a LIA traz uma definição em sentido amplo de "agente público", incluindo agentes políticos, servidores públicos, empregados públicos, militares, magistrados e membros do Ministério Público, particulares em colaboração etc.

Nada obstante, é importante destacar que o STF entende que o Presidente da República (apenas este agente político) não pode ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa<sup>3</sup>.

b) **Particular**, entendido como:

b1) pessoa física ou jurídica, que celebra com a administração pública convênio, contrato de repasse, contrato de gestão, termo de parceria, termo de cooperação ou ajuste administrativo equivalente, no que se refere a recursos de origem pública (art. 2º parágrafo único);

b2) aquele que, mesmo não podendo ser considerado agente público nos termos da LIA, induza ou concorra dolosamente para a prática de ato de improbidade – mesmo assim, neste

<sup>2</sup> STF – ARE 843989.

<sup>3</sup> STF – Pet 3240.



caso, deve haver necessariamente participação de agente público, já que somente em conjunto com este é possível a prática de ato de improbidade administrativa (art. 3º, *caput*).

- Os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, salvo se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão nos limites da sua participação (art. 3º, § 1º).

- As sanções da LIA não se aplicarão à pessoa jurídica, caso o ato de improbidade administrativa seja também sancionado como ato lesivo à administração pública de que trata a Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), buscando afastar, assim, o *bis in idem* (art. 3º, § 2º).

## Sujeitos passivos

- São sujeitos passivos dos atos de improbidade administrativa:

a) Administração direta e indireta, de todos os Poderes, em todas as esferas de governo (art. 1º, § 5º).

b) Entidade privada:

b1) que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de entes públicos ou governamentais (art. 1º, § 6º);

b2) para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos, independentemente de tal entidade integrar a administração indireta (art. 1º, § 7º).

## Responsabilidade sucessória

- O sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente estão sujeitos apenas à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido (art. 8º).

- A responsabilidade sucessória aplica-se também na hipótese de alteração contratual, de transformação, de incorporação, de fusão ou de cisão societária (art. 8º, *caput*).

- Nada obstante, especificamente nas hipóteses de fusão e de incorporação (não entram aqui, portanto, os casos de alteração contratual, de transformação ou de cisão societária), a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido, não lhe sendo aplicáveis as demais sanções previstas na LIA decorrentes de atos e de fatos ocorridos antes da data da fusão ou da incorporação, exceto no





caso de simulação ou de evidente intuito de fraude, devidamente comprovados (art. 8º, parágrafo único).

## Atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito

- Constitui ato de improbidade administrativa desta categoria auferir, mediante a prática de ato doloso, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, de mandato, de função, de emprego ou de atividade nas entidades protegidas pela LIA, e notadamente (art. 9º, caput e incisos I a XII):

- a) receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público;
- b) perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem móvel ou imóvel, ou a contratação de serviços pelas entidades referidas no art. 1º da LIA por preço superior ao valor de mercado;
- c) perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado;
- d) utilizar, em obra ou serviço particular, qualquer bem móvel, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades referidas no art. 1º da LIA, bem como o trabalho de servidores, de empregados ou de terceiros contratados por essas entidades;
- e) receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para tolerar a exploração ou a prática de jogos de azar, de lenocínio, de narcotráfico, de contrabando, de usura ou de qualquer outra atividade ilícita, ou aceitar promessa de tal vantagem;
- f) receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para fazer declaração falsa sobre qualquer dado técnico que envolva obras públicas ou qualquer outro serviço ou sobre quantidade, peso, medida, qualidade ou característica de mercadorias ou bens fornecidos a qualquer das entidades referidas no art. 1º da LIA;
- g) adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, de cargo, de emprego ou de função pública, e em razão deles, bens de qualquer natureza, decorrentes dos atos descritos no caput deste artigo, cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público, assegurada a demonstração pelo agente da licitude da origem dessa evolução;
- h) aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade;
- i) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza;
- j) receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado;
- k) incorporar, por qualquer forma, ao seu patrimônio bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º da LIA;
- l) usar, em proveito próprio, bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º da LIA.





- Perceba que a LIA traz, para os atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito, um rol EXEMPLIFICATIVO de condutas (por conta da expressão "e notadamente" empregada no caput do art. 9º).
- Tais atos englobam qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida, direta ou indireta, que importe o enriquecimento do próprio agente público ou até mesmo de outrem.

## Atos de improbidade administrativa que causam lesão ao erário

- Tais atos englobam qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades protegidas pela LIA, e notadamente (art. 10, caput e incisos I a XXII):

- a) facilitar ou concorrer, por qualquer forma, para a indevida incorporação ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens, de rendas, de verbas ou de valores integrantes do acervo patrimonial das entidades referidas no art. 1º da LIA;
- b) permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada utilize bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º da LIA, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie;
- c) doar à pessoa física ou jurídica bem como ao ente despersonalizado, ainda que de fins educativos ou assistências, bens, rendas, verbas ou valores do patrimônio de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º da LIA, sem observância das formalidades legais e regulamentares aplicáveis à espécie;
- d) permitir ou facilitar a alienação, permuta ou locação de bem integrante do patrimônio de qualquer das entidades referidas no art. 1º da LIA, ou ainda a prestação de serviço por parte delas, por preço inferior ao de mercado;
- e) permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado;
- f) realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea;
- g) conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie;
- h) frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente, acarretando perda patrimonial efetiva;
- i) ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento;
- j) agir ilicitamente na arrecadação de tributo ou de renda, bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público;
- k) liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular;
- l) permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente;
- m) permitir que se utilize, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º da LIA, bem como o trabalho de servidor público, empregados ou terceiros contratados por essas entidades.
- n) celebrar contrato ou outro instrumento que tenha por objeto a prestação de serviços públicos por meio da gestão associada sem observar as formalidades previstas na lei;



o) celebrar contrato de rateio de consórcio público sem suficiente e prévia dotação orçamentária, ou sem observar as formalidades previstas na lei.

p) facilitar ou concorrer, por qualquer forma, para a incorporação, ao patrimônio particular de pessoa física ou jurídica, de bens, rendas, verbas ou valores públicos transferidos pela administração pública a entidades privadas mediante celebração de parcerias, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie;

q) permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada utilize bens, rendas, verbas ou valores públicos transferidos pela administração pública a entidade privada mediante celebração de parcerias, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie;

r) celebrar parcerias da administração pública com entidades privadas sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie;

s) agir para a configuração de ilícito na celebração, na fiscalização e na análise das prestações de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas;

t) liberar recursos de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular.

u) conceder, aplicar ou manter benefício financeiro ou tributário contrário ao que dispõem o caput e o § 1º do art. 8º-A da Lei Complementar 116/2003 (Lei do ISS).

- Perceba que a LIA traz, para os atos de improbidade administrativa que causam lesão ao erário, um rol EXEMPLIFICATIVO de condutas (por conta da expressão "e notadamente" empregada no caput do art. 10).

- É necessário que haja comprovação do dano ao erário, ou seja, prejuízo patrimonial efetivo, não apenas presumido.

- Não ocorrerá imposição de ressarcimento, nos casos em que a inobservância de formalidades legais ou regulamentares não implicar perda patrimonial efetiva, vedado o enriquecimento sem causa das entidades referidas no art. 1º da LIA (art. 10, § 1º).

- Não acarretará improbidade administrativa a mera perda patrimonial decorrente da atividade econômica, salvo se comprovado ato doloso praticado com essa finalidade (art. 10, § 2º).

## Atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da administração pública

- Tais atos englobam qualquer ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada pelas condutas taxativamente previstas na LIA, quais sejam (art. 11, caput e incisos I a XII):

a) revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo, propiciando beneficiamento por informação privilegiada ou colocando em risco a segurança da sociedade e do Estado;

b) negar publicidade aos atos oficiais, exceto em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado ou de outras hipóteses instituídas em lei;

c) frustrar, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de concurso público, de chamamento ou de procedimento licitatório, com vistas à obtenção de benefício próprio, direto ou indireto, ou de terceiros;



d) deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo, desde que disponha das condições para isso, com vistas a ocultar irregularidades;

e) revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.

f) descumprir as normas relativas à celebração, fiscalização e aprovação de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas.

g) nomear cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas;

h) praticar, no âmbito da administração pública e com recursos do erário, ato de publicidade que contrarie o disposto no § 1º do art. 37 da Constituição Federal, de forma a promover inequívoco enaltecimento do agente público e personalização de atos, de programas, de obras, de serviços ou de campanhas dos órgãos públicos.

- Perceba que a LIA traz, para os atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da administração pública, um rol TAXATIVO de condutas (por conta da expressão "caracterizada por uma das seguintes condutas" empregada no caput do art. 11).

- Somente haverá improbidade administrativa quando for comprovado na conduta funcional do agente público o fim de obter proveito ou benefício indevido para si ou para outra pessoa ou entidade, nos termos da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (art. 11, § 1º).

Tal regra, inclusive, é aplicável a quaisquer atos de improbidade administrativa tipificados na LIA e em leis especiais e a quaisquer outros tipos especiais de improbidade administrativa instituídos por lei (art. 11, § 2º).

- O enquadramento de conduta funcional na categoria de ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública pressupõe a demonstração objetiva da prática de ilegalidade no exercício da função pública, com a indicação das normas constitucionais, legais ou infralegais violadas (art. 11, § 3º).

- Os atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da administração pública exigem lesividade relevante ao bem jurídico tutelado para serem passíveis de sancionamento e independem do reconhecimento da produção de danos ao erário e de enriquecimento ilícito dos agentes públicos (art. 11, § 4º).

- Uma alteração recente e importante da LIA diz respeito à transformação da prática do nepotismo (que já vinha sendo proibida por meio da Súmula Vinculante 13) em ato de improbidade que atenta contra os princípios da administração pública, conforme previsto no art. 11, inciso XI, da referida lei:

*Art. 11, XI - nomear cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou,*



*ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas;*

Nada obstante, a LIA deixa claro que a mera nomeação ou indicação política por parte dos detentores de mandatos eletivos não configurará improbidade, sendo necessária a aferição de dolo com finalidade ilícita por parte do agente (art. 11, § 5º).

## Sanções

- As sanções decorrentes de um ato de improbidade administrativa são de natureza administrativa (perda da função pública, proibição de contratar com o Poder Público e proibição de receber benefícios fiscais ou creditícios), civil (perda dos bens e valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento ao erário e multa civil) e política (suspensão dos direitos políticos).

Assim, a LIA não institui sanções penais para aquele que comete ato de improbidade administrativa – o que não impede a propositura de ação penal cabível, caso a conduta seja configurada como ilícito penal em outra lei.

Cominações aplicáveis ao responsável pelo ato de improbidade...		
...que importam enriquecimento Ilícito	...que causa prejuízo ao erário	...que atenta contra os princípios da administração pública
Perda dos bens acrescidos ilicitamente ao patrimônio	Perda dos bens acrescidos ilicitamente ao patrimônio (se ocorrer esta circunstância)	-
Perda da função pública		-
Suspensão dos direitos políticos até 14 anos	Suspensão dos direitos políticos até 12 anos	-
Multa civil equivalente ao valor do acréscimo patrimonial	Multa civil equivalente ao valor do dano	Multa civil de até 24 vezes o valor da remuneração do agente
Proibição de contratar com Poder Público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios por até 14 anos	Proibição de contratar com Poder Público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios por até 12 anos	Proibição de contratar com Poder Público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios por até 4 anos

Todas as penalidades previstas acima podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato (art. 12, *caput*). A competência para aplicá-las é exclusiva do Poder Judiciário.



Além disso, a aplicação das penalidades independe do ressarcimento do dano patrimonial, se efetivo, e de outras sanções penais, civis e administrativas previstas em legislação específica (art. 12, *caput*), bem como (art. 21):

a) da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público, salvo quanto à pena de ressarcimento e às condutas previstas no caso de ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário elencadas no art. 10 da LIA;

b) da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas.

Precedente jurisprudencial importante:

#### JURISPRUDÊNCIA

*"O processo e o julgamento de prefeito municipal por crime de responsabilidade (Decreto-lei 201/67) não impede sua responsabilização por atos de improbidade administrativa previstos na Lei 8.429/1992, em virtude da autonomia das instâncias"<sup>4</sup>.*

- Com base nas sanções previstas na LIA e nas condutas elencadas nos arts. 9º a 11, é possível perceber que, embora possam ocorrer simultaneamente em determinados casos, enriquecimento ilícito e lesão ao erário não são condições cumulativas para que se reste caracterizado um ato ímprobo.

Nesse sentido, o enriquecimento ilícito é condição necessária para a configuração de ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito e, a lesão ao erário, para a configuração de ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário, não havendo de se falar, portanto, em condições cumulativas.

Inclusive, é possível que haja ato ímprobo sem que reste constatado enriquecimento ilícito ou lesão ao erário - é o que ocorre no ato de improbidade que atenta contra os princípios da administração pública.

- Casos especiais no que diz respeito à aplicação das sanções:

a) Sanção de perda de função pública: nas hipóteses de ato de improbidade que importa enriquecimento ilícito ou que causa prejuízo ao erário, tal sanção atinge apenas o vínculo de mesma qualidade e natureza que o agente público ou político detinha com o poder público na época do cometimento da infração, podendo o magistrado, na hipótese de ato de improbidade que importa enriquecimento ilícito (apenas), e em caráter excepcional, estendê-la aos demais vínculos, consideradas as circunstâncias do caso e a gravidade da infração (art. 12, § 1º).

[CUIDADO! Apesar de a LIA trazer essa regra, essa disposição encontra-se suspensa, em

<sup>4</sup> STF – RE 976.566



razão de os arts. 1º, § 8º, 12, §§ 1º e 10, 17-B, § 3º e 21, § 4º estarem com eficácia suspensa em decorrência de decisão do STF proferida no âmbito da ADI 7236].

b) Sanção de multa: a multa pode ser aumentada até o dobro, se o juiz considerar que, em virtude da situação econômica do réu, o valor calculado segundo as regras gerais da LIA (art. 12, incisos I a III do *caput*) é ineficaz para reprovação e prevenção do ato de improbidade (art. 12, § 2º).

c) Responsabilização da pessoa jurídica: neste caso, deverão ser considerados os efeitos econômicos e sociais das sanções, de modo a viabilizar a manutenção de suas atividades (art. 12, § 3º).

d) Sanção de proibição de contratação com o poder público: em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, essa sanção pode extrapolar o ente público lesado pelo ato de improbidade, observados os impactos econômicos e sociais das sanções, de forma a preservar a função social da pessoa jurídica (art. 12, § 4º).

e) Atos de menor ofensa aos bens jurídicos tutelados pela LIA: neste caso, a sanção limitar-se-á à aplicação de multa, sem prejuízo do ressarcimento do dano e da perda dos valores obtidos, quando for o caso (art. 12, § 5º).

f) Ocorrência de lesão ao patrimônio público: neste caso, a reparação do dano a que se refere a LIA deverá deduzir o ressarcimento ocorrido nas instâncias criminal, civil e administrativa que tiver por objeto os mesmos fatos (art. 12, § 6º).

g) Sanções aplicadas a pessoas jurídicas com base na LIA e na Lei 12.846/2013 – Lei Anticorrupção: deverão observar o princípio constitucional do ***non bis in idem*** (art. 12, § 7º).

- As sanções previstas na LIA para os atos de improbidade administrativa somente poderão ser executadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória (arts. 12, § 9º e 20, *caput*).

- Relação com outras instâncias:

As sentenças civis e penais produzirão efeitos em relação à ação de improbidade quando concluírem pela inexistência da conduta ou pela negativa da autoria (art. 21, § 3º).

Por outro lado, a absolvição criminal em ação que discuta os mesmos fatos, confirmada por decisão colegiada, impede o trâmite da ação da qual trata esta Lei, havendo comunicação com todos os fundamentos de absolvição previstos no art. 386 Código de Processo Penal (art. 21, § 4º). [CUIDADO! A despeito de a LIA trazer essa regra, essa disposição encontra-se suspensa, em razão de os arts. 1º, § 8º, 12, §§ 1º e 10, 17-B, § 3º e 21, § 4º estarem com eficácia suspensa em decorrência de decisão do STF proferida no âmbito da ADI 7236].





Por fim, as sanções eventualmente aplicadas em outras esferas deverão ser compensadas com as sanções aplicadas nos termos desta Lei, buscando-se evitar o *bis in idem* (art. 21, § 5º).

## Declaração de bens

- A declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza enviada à Receita Federal deve ser apresentada pelo agente público como condição para sua posse e exercício (art. 13, *caput*), devendo ser atualizada anualmente e na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função (art. 13, § 2º), podendo o referido agente ser punido com a pena de demissão, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, caso se recuse a prestar a declaração de bens no prazo determinado, ou se a prestar falsa (art. 13, § 3º).

## Procedimento administrativo e processo judicial

- É importante destacar logo de início que as sanções da LIA são processadas, julgadas e aplicadas exclusivamente pelo **Poder Judiciário** (art. 17).

### Procedimento administrativo

- Nada obstante, o fato pode ser apurado, inicialmente, via **procedimento administrativo** (inclusive, esse procedimento administrativo pode ser iniciado a partir de representação formulada por qualquer pessoa – art. 14, *caput*).

- O procedimento administrativo será conduzido por uma comissão processante, que dará conhecimento ao Ministério Público (MP) e ao Tribunal ou Conselho de Contas (TC/CC) da existência de procedimento administrativo para apurar a prática de ato de improbidade (art. 15, *caput*), instituições essas que poderão, a requerimento, designar representante para acompanhar o procedimento administrativo (art. 15, parágrafo único).

- Vale destacar que no âmbito do processo administrativo não é possível a aplicação de sanções previstas na LIA, mas apenas aquelas previstas no estatuto ou no regulamento disciplinar próprio do agente público infrator. Nada obstante, o que restou apurado no âmbito administrativo poderá servir de insumo para a ação judicial por improbidade.

### Papel do Ministério Público

- O **Ministério Público** (MP) possui iniciativa de propor a ação principal (judicial) – art. 17, *caput*.





Tal iniciativa, entretanto, não é exclusiva, segundo o entendimento do STF: há existência de legitimidade ativa concorrente e disjuntiva entre o MP e as pessoas jurídicas interessadas para a propositura da ação por ato de improbidade administrativa<sup>5</sup>.

Além disso, mesmo não tendo ajuizado a ação, a pessoa jurídica interessada pode intervir no processo, caso queira – inclusive ela deverá ser intimada (art. 17, § 14).

- Para apurar qualquer ilícito previsto na LIA, o MP **pode instaurar inquérito civil ou procedimento investigativo assemelhado** e **requisitar a instauração de inquérito policial** (art. 22, *caput*).

Tais ações do MP podem ser adotadas de ofício, a requerimento de autoridade administrativa ou mediante representação formulada por qualquer pessoa, de acordo com o disposto art. 14 da LIA (art. 22, *caput*).

Ao instaurar inquérito civil para apuração do ato de improbidade, o MP deverá concluí-lo no prazo de 365 dias corridos, prorrogável uma única vez por igual período, mediante ato fundamentado submetido à revisão da instância competente do órgão ministerial, conforme dispuser a respectiva lei orgânica (art. 23, § 2º).

Encerrado tal prazo, a ação deverá ser proposta no prazo de 30 dias, se não for caso de arquivamento do inquérito civil (art. 23, § 3º).

## Ação judicial

- Características relevantes da ação para a aplicação das sanções por ato de improbidade:

a) trata-se de ação repressiva, de caráter sancionatório, destinada à aplicação de sanções de caráter pessoal previstas na LIA, e não constitui ação civil (art. 17-D, *caput*);

**Observação importante:** com o advento da Lei 14.230/21, a LIA passou a asseverar expressamente que a ação de improbidade administrativa não constitui ação civil, porém o STF<sup>6</sup> entende que a referida Lei 14.230/2021 não retirou a natureza civil do atos de improbidade administrativa.

b) a ação não pode ser ajuizada para o controle de legalidade de políticas públicas e para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos (art. 17-D, *caput*). A tutela de tais bens jurídicos deve ser realizada mediante ação civil pública (art. 17-D, parágrafo único).

c) a ação seguirá o procedimento comum previsto no Código de Processo Civil, salvo o disposto na própria LIA (art. 17, *caput*);

---

<sup>5</sup> STF – ADIs 7042 e 7043.

<sup>6</sup> STF – ARE 843989/PR.



d) a ação deverá ser proposta perante o foro do local onde ocorrer o dano ou da pessoa jurídica prejudicada – juízo de primeiro grau, mesmo que o responsável seja detentor de foro por prerrogativa de função (art. 17, § 4º-A).

Precedente jurisprudencial importante:

#### JURISPRUDÊNCIA

*"Inexiste foro por prerrogativa de função nas ações de improbidade administrativa"<sup>7</sup>.*

e) para cada ato de improbidade administrativa, deverá necessariamente ser indicado apenas um tipo dentre aqueles previstos nos arts. 9º, 10 e 11 da LIA (art. 17, § 10-D);

f) Será nula a decisão de mérito total ou parcial da ação de improbidade administrativa que (art. 17, § 10-F):

f1) condenar o requerido por tipo diverso daquele definido na petição inicial;

f2) condenar o requerido sem a produção das provas por ele tempestivamente especificadas.

g) a qualquer momento, se o magistrado identificar a existência de ilegalidades ou de irregularidades administrativas a serem sanadas sem que estejam presentes todos os requisitos para a imposição das sanções aos agentes incluídos no polo passivo da demanda, poderá, em decisão motivada, converter a ação de improbidade administrativa em ação civil pública (art. 17, § 16);

h) foi declarada a inconstitucionalidade parcial pelo STF<sup>8</sup> do art. 17, § 20, da LIA, com redução de texto, no sentido de que não existe "obrigatoriedade de defesa judicial" (conforme a literalidade do dispositivo); havendo, porém, a possibilidade dos órgãos da Advocacia Pública autorizarem a realização dessa representação judicial, por parte da assessoria jurídica que emituiu o parecer atestando a legalidade prévia (muito cuidado!).

i) o Ministério Público poderá, conforme as circunstâncias do caso concreto, celebrar acordo de não persecução civil, desde que dele advenham, ao menos, os seguintes resultados (art. 17-B, incisos I e II):

i1) o integral ressarcimento do dano;

i2) a reversão à pessoa jurídica lesada da vantagem indevida obtida, ainda que oriunda de agentes privados.

Além disso, a celebração do acordo de não persecução civil dependerá, cumulativamente: (i) da oitiva do ente federativo lesado, em momento anterior ou posterior à propositura da ação; (ii) de aprovação pelo órgão do Ministério Público competente para apreciar as promoções de arquivamento de inquéritos civis, se anterior ao ajuizamento da ação; e (iii) de homologação

<sup>7</sup> STF – Pet 3240.

<sup>8</sup> STF – ADIs 7042 e 7043.

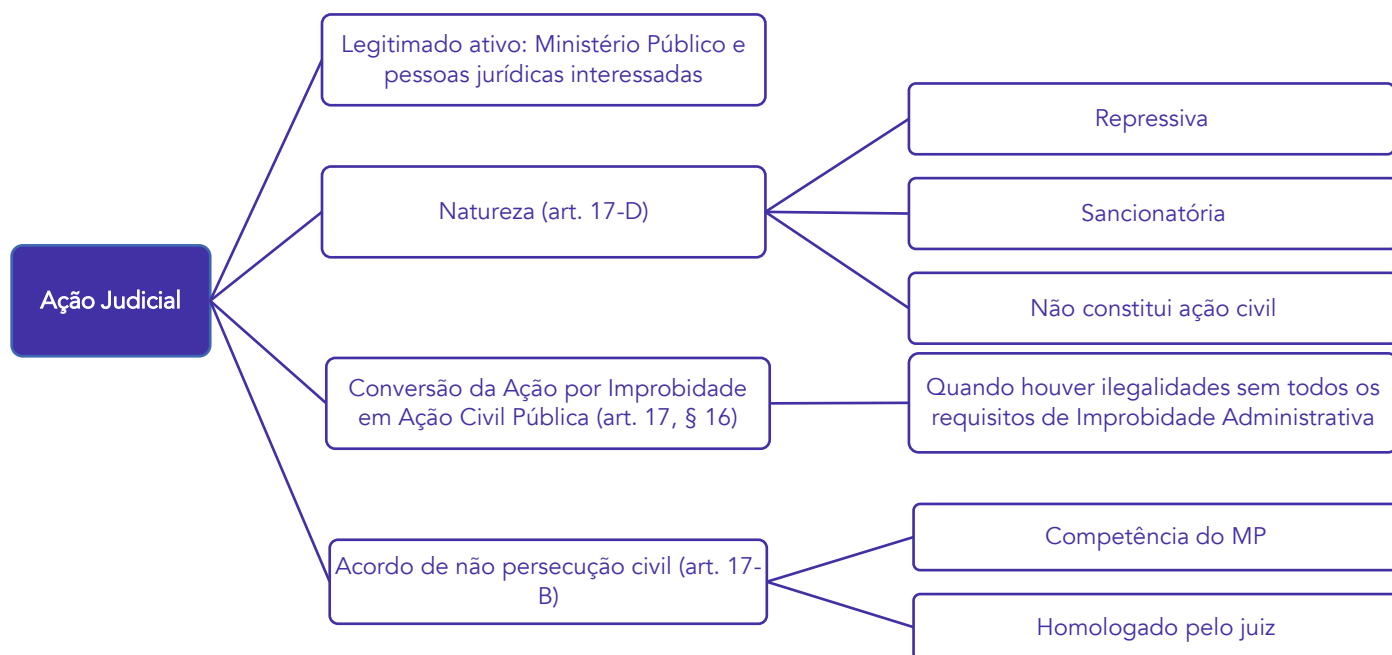


judicial, independentemente de o acordo ocorrer antes ou depois do ajuizamento da ação de improbidade administrativa (art. 17-B, § 1º).

Ainda, na celebração do acordo, deverão ser considerados a personalidade do agente, a natureza, as circunstâncias, a gravidade e a repercussão social do ato de improbidade, bem como as vantagens, para o interesse público, da rápida solução do caso (art. 17-B, § 2º).

Vale destacar, por fim, que o STF entende que há legitimidade ativa concorrente e disjuntiva entre o Ministério Público e as pessoas jurídicas interessadas para a celebração de acordos de não persecução civil<sup>9</sup>.

j) A sentença que julgar procedente a ação fundada em ato de improbidade que importa enriquecimento ilícito (art. 9º) ou que causa prejuízo ao erário (art. 10) condenará ao ressarcimento dos danos e à perda ou à reversão dos bens e valores ilicitamente adquiridos, conforme o caso, em favor da pessoa jurídica prejudicada pelo ilícito (art. 18, *caput*).



## Medidas cautelares

### Indisponibilidade dos bens do réu

<sup>9</sup> STF – ADIs 7042 e 7043.

- A medida, que pode ser decretada apenas pelo Poder Judiciário, se presta a garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito (art. 16, *caput*).
- O pedido de indisponibilidade de bens é realizado, em caráter antecedente ou incidente, no âmbito da ação por improbidade e apenas será deferido mediante a demonstração no caso concreto de perigo de dano irreparável ou de risco ao resultado útil do processo (art. 16, *caput* e § 3º).
- O valor da indisponibilidade considerará a estimativa de dano indicada na petição inicial, permitida a sua substituição por caução idônea, por fiança bancária ou por seguro-garantia judicial, a requerimento do réu, bem como a sua readequação durante a instrução do processo (art. 16, § 6º).
- A indisponibilidade recairá sobre bens que assegurem exclusivamente o integral ressarcimento do dano ao erário, sem incidir sobre os valores a serem eventualmente aplicados a título de multa civil ou sobre acréscimo patrimonial decorrente de atividade lícita (art. 16, § 10).

### Afastamento cautelar do agente público

- Poderá ser determinada pela autoridade judicial o afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à produção de provas ou para evitar a prática de novos ilícitos (art. 20, §1º).
- Prazo do afastamento: até 90 dias, prorrogáveis uma única vez por igual período, mediante decisão motivada (art. 20, § 2º).

### Disposições penais

- Como já dito, a LIA não institui sanções penais para aquele que comete ato de improbidade administrativa!

A única sanção penal estabelecida pela LIA é prevista no art. 19, mas não se trata de penalização por conta de ato de improbidade administrativa, e sim por representação falsa contra agente público ou terceiro beneficiário por ato de improbidade - nesse caso, o representante não comete ato de improbidade administrativa, mas somente o crime previsto no art. 19, *caput*.

*Art. 19. Constitui crime a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente.*

*Pena: detenção de seis a dez meses e multa.*

*Parágrafo único. Além da sanção penal, o denunciante está sujeito a indenizar o denunciado pelos danos materiais, morais ou à imagem que houver provocado.*



## Prescrição, capacitação, custas e partidos políticos

- A ação para a aplicação das sanções previstas na LIA prescreve em 8 (oito) anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência (art. 23, *caput*).

Entretanto, o prazo prescricional de 8 anos não se aplica às ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na LIA – tais ações são imprescritíveis, de acordo com o STF<sup>10</sup>, em entendimento exarado antes do advento da Lei 14.230/2021, quando a LIA ainda previa a possibilidade de ato de improbidade decorrente de conduta culposa.

Vale destacar que o STF possui entendimento no sentido de que “é prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil”<sup>11</sup> (estão abrangidos, assim, os ilícitos que violem normas de direito privado, não alcançando, portanto, ilícitos decorrentes de infrações de direito público, como os de natureza penal e as ações de ressarcimento ao erário decorrentes de atos dolosos de improbidade administrativa, que, como já asseverado, são imprescritíveis, segundo o mesmo STF).

- Precedente jurisprudencial importante:

### JURISPRUDÊNCIA

*“O novo regime prescricional previsto na Lei 14.230/2021 é irretroativo, aplicando-se os novos marcos temporais a partir da publicação da lei.”<sup>12</sup>*

- É dever do poder público oferecer contínua capacitação aos agentes públicos e políticos que atuem com prevenção ou repressão de atos de improbidade administrativa (art. 23-A).

- Nas ações e nos acordos regidos pela LIA, não haverá adiantamento de custas, de preparo, de emolumentos, de honorários periciais e de quaisquer outras despesas (art. 23-B, *caput*).

Caso a ação seja julgada procedente, as custas e as demais despesas processuais serão pagas ao final (art. 23-B, § 1º).

Além disso, haverá condenação em honorários sucumbenciais em caso de improcedência da ação de improbidade se comprovada má-fé (art. 23-B, § 2º).

<sup>10</sup> STF – RE 852.475.

<sup>11</sup> STF – RE 669.069.

<sup>12</sup> STF – ARE 843989.



- Os atos que ensejem enriquecimento ilícito, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação de recursos públicos dos partidos políticos, ou de suas fundações, serão responsabilizados nos termos da Lei 9.096/1995 – Lei dos Partidos Políticos (art. 23-C).

Vale destacar que essa responsabilização nos termos da lei dos Partidos Políticos não prejudica a incidência da LIA, conforme interpretação conferida pelo STF<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> STF – ADI 7236.



## QUESTÕES ESTRATÉGICAS

Nesta seção, apresentamos e comentamos uma amostra de questões objetivas selecionadas estrategicamente: são questões com nível de dificuldade semelhante ao que você deve esperar para a sua prova e que, em conjunto, abordam os principais pontos do assunto.

A ideia, aqui, não é que você fixe o conteúdo por meio de uma bateria extensa de questões, mas que você faça uma boa revisão global do assunto a partir de, relativamente, poucas questões.



1. (Instituto AOCP/2022/TRT-19/Técnico Judiciário - Administrativa) No que diz respeito à Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

( ) A ação por improbidade administrativa é repressiva, de caráter sancionatório, destinada à aplicação de sanções de caráter pessoal previstas na referida Lei, e não constitui ação civil.

( ) É admitido o ajuizamento de ação por improbidade administrativa para o controle de legalidade de políticas públicas e para a proteção do patrimônio público e social.

( ) A autoridade judicial competente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, do emprego ou da função, com prejuízo da remuneração, quando a medida for necessária à instrução processual ou para evitar a iminente prática de novos ilícitos.

( ) As disposições da referida Lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra culposamente para a prática do ato de improbidade.

a) V – F – F – V.

b) V – V – V – F.

c) V – F – F – F.

d) F – V – F – V.

e) F – F – V – V.

### Comentários





A primeira alternativa é verdadeira e corresponde ao artigo 17-D da Lei nº 8.429/1992:

*Art. 17-D. A ação por improbidade administrativa é repressiva, de caráter sancionatório, destinada à aplicação de sanções de caráter pessoal previstas nesta Lei, e não constitui ação civil, vedado seu ajuizamento para o controle de legalidade de políticas públicas e para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.*

A segunda afirmativa é falsa, já que é vedado o ajuizamento de ação por improbidade administrativa para o controle de legalidade de políticas públicas e para a proteção do patrimônio público e social, conforme preceito legal acima.

A terceira afirmativa também é falsa, pois esse afastamento será feito sem prejuízo da remuneração, conforme § 1º do artigo 20 da Lei nº 8.429/1992:

*Art. 20. A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.*

*§ 1º A autoridade judicial competente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, do emprego ou da função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida for necessária à instrução processual ou para evitar a iminente prática de novos ilícitos.*

A última afirmativa também é falsa, já que deve haver dolo para ser considerado ato de improbidade, nos termos do artigo 3º da Lei nº 8.429/1992:

*Art. 3º As disposições desta Lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra **dolosamente** para a prática do ato de improbidade.*

Assim, a sequência correta é V-F-F-F, sendo a letra C o gabarito.

**Gabarito: Letra C.**

2. (Instituto AOCP/2022/TRT-19/Técnico Judiciário - Administrativa) Com vistas a ocultar irregularidades Joana, servidora pública, dolosamente, deixou de prestar contas quando era obrigada a fazê-lo, mesmo dispondo de todas as condições para tanto.

Nesse caso, de acordo com a Lei nº 8.429/1992, é correto afirmar que Joana praticou ato de improbidade administrativa que



- a) importa em enriquecimento ilícito, sendo que tal conduta viola a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções.
- b) importa em enriquecimento ilícito, sendo que a respectiva ação de improbidade prescreve em cinco anos.
- c) causa prejuízo ao erário, sendo que seu sucessor ou herdeiro estará sujeito à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.
- d) atenta contra os princípios da administração pública, estando sujeita à perda da função pública.
- e) atenta contra os princípios da administração pública, não havendo remessa necessária nas sentenças de que trata a referida Lei.

### Comentários

A atitude praticada por Joana configura ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública, o que torna as alternativas A, B e C incorretas, nos termos do inciso VI, do artigo 11 da Lei nº 8.429/1992:

*Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por uma das seguintes condutas:*

*(...)*

*VI - deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo, desde que disponha das condições para isso, com vistas a ocultar irregularidades;*

Entre as possíveis penalidades para tal ato, não se inclui a perda da função pública, conforme inciso III do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, o que torna a alternativa D incorreta:

*Art. 12. Independentemente do ressarcimento integral do dano patrimonial, se efetivo, e das sanções penais comuns e de responsabilidade, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato:*

*(...)*

*III - na hipótese do art. 11 desta Lei, pagamento de multa civil de até 24 (vinte e quatro) vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 4 (quatro) anos;*



Por fim, a alternativa E está correta, já que não haverá remessa necessária nas sentenças da Lei nº 8.429/1992, conforme § 3º do artigo 17-C:

*Art. 17-C. A sentença proferida nos processos a que se refere esta Lei deverá, além de observar o disposto no art. 489 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil):*

*(...)*

*§ 3º Não haverá remessa necessária nas sentenças de que trata esta Lei.*

**Gabarito: Letra E.**

**3. (Instituto AOCP/2024/UFS/Assistente de Alunos) Joaquim é servidor público e, no exercício da função, cometeu conduta culposa que gerou uma vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo. Com base no que dispõe a Lei Federal nº 8.429/1992, assinale a alternativa correta.**

- a) Joaquim cometeu ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito.
- b) Joaquim cometeu ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.
- c) Joaquim cometeu ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.
- d) A penalidade aplicável a Joaquim pelo ato de improbidade administrativa será reduzida pela metade em razão da conduta culposa.
- e) Não houve ato de improbidade administrativa punível nos termos da referida lei, tendo em vista que a conduta foi culposa.

### Comentários

A conduta de Joaquim foi praticada de forma culposa, ou seja, sem dolo. Uma vez que a Lei nº 8.429/1992 classifica como ato de improbidade administrativa **apenas as condutas dolosas**, a situação narrada não se enquadra como ato de improbidade administrativa e assim não será passível de punição nos termos da referida lei, conforme determina seu artigo 1º:

*Art. 1º O sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social, nos termos desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)*



*§ 1º Consideram-se atos de improbidade administrativa as condutas dolosas tipificadas nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, ressalvados tipos previstos em leis especiais.*

*§ 2º Considera-se dolo a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, não bastando a voluntariedade do agente.*

O gabarito, portanto, é a letra E.

**Gabarito: Letra E.**

4. (Instituto AOCP/2024/MPE-PR/Auxiliar Técnico) No departamento de compras de uma autarquia, descobriu-se que a servidora Ana assinava contratos com fornecedores que são parentes dela. Embora Ana tenha declarado esses vínculos familiares em sua ficha funcional, ela continuou a aprovar os contratos sem seguir o devido processo de licitação e sem se afastar do processo decisório. Considerando a situação apresentada e o disposto na Lei nº 8.429/1992, assinale a alternativa correta.

- a) Ana cometeu ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública.
- b) Ana não cometeu ato de improbidade, mas tão somente crime de corrupção ativa.
- c) Ana cometeu ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito.
- d) Ana cometeu ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.
- e) Ana não cometeu ato de improbidade, uma vez que declarou os vínculos familiares em sua ficha funcional.

### Comentários

O ato praticado por Ana é classificado como ato de improbidade que causa prejuízo ao erário, letra D, nos termos do inciso VIII do artigo 10 da Lei nº 8.429/1992:

*Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente:*

(...)



*VIII - frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente, acarretando perda patrimonial efetiva;*

**Gabarito: Letra D.**

**5. (Instituto AOCP/UFRB/2023/Assistente) São atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da administração pública, EXCETO**

- a) revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo, propiciando beneficiamento por informação privilegiada ou colocando em risco a segurança da sociedade e do Estado.
- b) deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo, desde que disponha das condições para isso, com vistas a ocultar irregularidades.
- c) retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
- d) praticar, no âmbito da administração pública e com recursos do erário, ato de publicidade que contrarie o caráter educativo, informativo ou de orientação social, de forma a promover inequívoco enaltecimento do agente público e personalização de atos, de programas, de obras, de serviços ou de campanhas dos órgãos públicos.
- e) negar publicidade aos atos oficiais, exceto em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado ou de outras hipóteses instituídas em lei.

**Comentários**

As alternativas A, B, D e E estão listadas no artigo 11 da Lei nº 8.429/1992 como atos de improbidade que atentam contra os princípios da administração pública:

**Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por uma das seguintes condutas:**

(...)

*III - revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo, propiciando beneficiamento por informação privilegiada ou colocando em risco a segurança da sociedade e do Estado; (Letra A)*



IV - negar publicidade aos atos oficiais, exceto em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado ou de outras hipóteses instituídas em lei; (Letra E)

(...)

VI - deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo, desde que disponha das condições para isso, com vistas a ocultar irregularidades; (Letra B)

(...)

XII - praticar, no âmbito da administração pública e com recursos do erário, ato de publicidade que contrarie o disposto no § 1º do art. 37 da Constituição Federal, de forma a promover inequívoco enaltecimento do agente público e personalização de atos, de programas, de obras, de serviços ou de campanhas dos órgãos públicos. (Letra D)

A descrição feita na **alternativa C**, por sua vez, se refere ao **crime de prevaricação**, previsto no artigo 319 do Código Penal:

Art. 319 - Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal:

**Gabarito: Letra C**

**6. (Instituto AOCP/2023/UFRB/Assistente) Quanto ao agente público que aceita relevar situação de ilicitude fiscalizada por ele após aceitar promessa de recebimento de vantagem, é correto afirmar que ele**

- a) comete ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública, tais como eficiência e impessoalidade.
- b) não comete improbidade administrativa, mas comete crime de corrupção passiva.
- c) comete somente infração disciplinar punível com pena de advertência.
- d) comete improbidade administrativa de perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.
- e) comete improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito ao receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para tolerar a exploração ou a prática de jogos



de azar, de lenocínio, de narcotráfico, de contrabando, de usura ou de qualquer outra atividade ilícita, ou aceitar promessa de tal vantagem.

### Comentários

A situação narrada pela alternativa se enquadra como ato de improbidade que importa enriquecimento ilícito, descrito no inciso V do artigo 9º da Lei nº 8.429/1992, o que corresponde ao que diz a letra E:

**Art. 9º Constitui ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito auferir, mediante a prática de ato doloso, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, de mandato, de função, de emprego ou de atividade nas entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente:**

(...)

**V - receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para tolerar a exploração ou a prática de jogos de azar, de lenocínio, de narcotráfico, de contrabando, de usura ou de qualquer outra atividade ilícita, ou aceitar promessa de tal vantagem;**

**Gabarito: Letra E**

**7. (Instituto AOCP/2022/IF-MS/Assistente) Assinale a alternativa que contenha ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública de acordo com a Lei nº 8.429/1992.**

- a) Agir para a configuração de ilícito na celebração, na fiscalização e na análise das prestações de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas.
- b) Permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente.
- c) Realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea.
- d) Revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo, propiciando beneficiamento por informação privilegiada ou colocando em risco a segurança da sociedade e do Estado.
- e) Liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular.





## Comentários

A única alternativa que traz um ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública é a letra D, que corresponde ao inciso III do artigo 11 da Lei nº 8.429/1992:

**Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por uma das seguintes condutas:**

(...)

*III - revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo, propiciando beneficiamento por informação privilegiada ou colocando em risco a segurança da sociedade e do Estado;*

As demais alternativas trazem exemplo de atos de improbidade administrativa que causam lesão ao erário:

**Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente:**

(...)

*VI - realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea; (Letra C - **incorreta**)*

(...)

*XI - liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular; (Letra E - **incorreta**)*

*XII - permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente; (Letra B - **incorreta**)*

(...)

*XIX - agir para a configuração de ilícito na celebração, na fiscalização e na análise das prestações de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas; (Letra A - **incorreta**)*

**Gabarito: Letra D**



8. (Instituto AOCP/2023/IF-MA/Assistente em Administração) A Lei Federal nº 8.429/1992, alterada pela Lei Federal nº 14.230/2021, prevê, como uma das sanções aplicáveis àquele que pratica ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito,

- a) a prisão simples.
- b) a reclusão.
- c) a detenção.
- d) a prestação de serviços à comunidade.
- e) a perda da função pública.

### Comentários

As sanções previstas para o agente que pratica ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito estão descritas no inciso I do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, estando entre as alternativas apenas a letra E, perda da função pública:

- *Art. 9º Constitui ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito auferir, mediante a prática de ato doloso, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, de mandato, de função, de emprego ou de atividade nas entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente:*

*(...)*

*Art. 12. Independentemente do ressarcimento integral do dano patrimonial, se efetivo, e das sanções penais comuns e de responsabilidade, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato:*

*I - na hipótese do art. 9º desta Lei, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, **perda da função pública**, suspensão dos direitos políticos até 14 (catorze) anos, pagamento de multa civil equivalente ao valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 14 (catorze) anos;*

**Gabarito: Letra E.**



9. (Instituto AOCP/2022/MPE-RR/Técnico do Ministério Público Estadual) Foi ajuizada ação contra Maria, servidora pública, em razão de alegada improbidade administrativa. A ação para aplicação das sanções foi ajuizada depois de nove anos da ocorrência do fato. Diante do exposto, assinale a alternativa correta, considerando que não foi uma infração permanente, não houve causa interruptiva nem prescritiva, e o que dispõe a Lei nº 8.429/1992.

- a) A ação para a aplicação das sanções prescreve em 10 (dez) anos contados a partir da ocorrência do fato, portanto não está prescrita.
- b) A ação para a aplicação das sanções prescreve em 5 (cinco) anos contados a partir da ocorrência do fato, portanto está prescrita.
- c) A ação para a aplicação das sanções prescreve em 8 (oito) anos contados a partir da ocorrência do fato, portanto está prescrita.
- d) A ação para a aplicação das sanções prescreve em 15 (quinze) anos contados a partir da ocorrência do fato, portanto não está prescrita.
- e) A ação para a aplicação das sanções prescreve em 3 (três) anos contados a partir da ocorrência do fato, portanto está prescrita.

### Comentários

O prazo de prescrição previsto no artigo 23 da Lei nº 8.429/1992 é de oito anos contados a partir da ocorrência do fato:

*Art. 23. A ação para a aplicação das sanções previstas nesta Lei **prescreve em 8 (oito) anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.***

Veja que pela situação narrada já se passaram nove anos, logo ocorreu a prescrição, conforme afirma a letra C.

**Gabarito: Letra C.**

10. (Instituto AOCP/2024/DEPPEN-PR/Policial Penal) Acerca da Lei de Improbidade Administrativa, Lei nº 8.429/1992, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.



I. O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, pode gerar responsabilidade por ato de improbidade administrativa.

II. As regras dispostas na Lei de Improbidade Administrativa são aplicáveis a qualquer pessoa que influencie intencionalmente ou participe de forma dolosa na realização de atos de improbidade, mesmo que não ocupe cargo público.

III. Os atos de improbidade comprometem a probidade na estruturação do Estado e no desempenho de suas atribuições, bem como a integridade do patrimônio público e social dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

IV. Apenas os membros do Ministério Público poderão representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.

a) I, II, III e IV estão corretas.

b) I, II, III e IV estão incorretas.

c) Apenas II está correta.

d) Apenas II e III estão corretas.

e) Apenas II, III e IV estão corretas.

### Comentários

Item I - **incorreto**. O item contraria o que diz o § 3º do artigo 1º da Lei nº 8.429/1992:

*§ 3º O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, **afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa**.*

Item II e III - **corretos**. Ambos estão de acordo com a Lei nº 8.429/1992:

*Art. 1º O sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social, nos termos desta Lei.*

*(...)*

*§ 5º Os atos de improbidade violam a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções e a integridade do patrimônio público e social dos Poderes*



*Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como da administração direta e indireta, no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. (Item III)*

*(...)*

*Art. 3º As disposições desta Lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade. (Item II)*

Item IV - **incorreto**. Na verdade, qualquer pessoa pode representar à autoridade administrativa competente nesse caso, conforme artigo 14 da Lei nº 8.429/1992:

*Art. 14. **Qualquer pessoa** poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.*

Assim, apenas os itens II e III estão corretos, letra D.

**Gabarito: Letra D.**



## QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

### Perguntas

Observação importante: os arts. 1º, § 8º, 12, §§ 1º e 10, 17-B, § 3º e 21, § 4º estão com eficácia suspensa em decorrência de decisão do STF proferida no âmbito da ADI 7236.

1. Qual o objeto tutelado pelo sistema de responsabilização por atos de probidade administrativa?
2. Sobre as sanções previstas na LIA, complete o quadro a seguir (art. 12, incisos I a III):

Cominações aplicáveis ao responsável pelo ato de improbidade...		
...que importam enriquecimento Ilícito	...que causa prejuízo ao erário	...que atenta contra os princípios da administração pública
Perda dos <u>(a)</u> acrescidos ilicitamente ao patrimônio	Perda dos <u>(a)</u> acrescidos ilicitamente ao patrimônio (se ocorrer esta circunstância)	-
Perda da <u>(b)</u> pública		-
Suspensão dos direitos políticos até <u>(c)</u> anos	Suspensão dos direitos políticos até <u>(d)</u> anos	-
Multa <u>(e)</u> equivalente ao valor do <u>(f)</u> patrimonial	Multa <u>(e)</u> equivalente ao valor do <u>(g)</u>	Multa <u>(e)</u> de até <u>(h)</u> vezes o valor da <u>(i)</u> do agente
Proibição de <u>(j)</u> com Poder Público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou <u>(k)</u> por até <u>(l)</u> anos	Proibição de <u>(j)</u> com Poder Público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou <u>(k)</u> por até <u>(m)</u> anos	Proibição de <u>(j)</u> com Poder Público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou <u>(k)</u> por até <u>(n)</u> anos

3. Qual medida deve ser adotada pelo juiz ao reconhecer a inexistência do ato de improbidade? Em que momento essa medida pode ser adotada?
4. Quais os possíveis resultados que devem ser advindos do acordo de não persecução civil para que ele possa ser celebrado?



## Perguntas com respostas

Observação importante: os arts. 1º, § 8º, 12, §§ 1º e 10, 17-B, § 3º e 21, § 4º estão com eficácia suspensa em decorrência de decisão do STF proferida no âmbito da ADI 7236.

### 1. Qual o objeto tutelado pelo sistema de responsabilização por atos de probidade administrativa?

A probidade na organização do Estado e o exercício de suas funções, visando assegurar a integridade do patrimônio público e social (art. 1º, caput, da LIA).

Art. 1º O sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social, nos termos desta Lei.

### 2. Sobre as sanções previstas na LIA, complete o quadro a seguir (art. 12, incisos I a III):

Cominações aplicáveis ao responsável pelo ato de improbidade...		
...que importam enriquecimento ilícito	...que causa prejuízo ao erário	...que atenta contra os princípios da administração pública
Perda dos <u>(a)</u> acrescidos ilicitamente ao patrimônio	Perda dos <u>(a)</u> acrescidos ilicitamente ao patrimônio (se ocorrer esta circunstância)	-
Perda da <u>(b)</u> pública		-
Suspensão dos direitos políticos até <u>(c)</u> anos	Suspensão dos direitos políticos até <u>(d)</u> anos	-
Multa <u>(e)</u> equivalente ao valor do <u>(f)</u> patrimonial	Multa <u>(e)</u> equivalente ao valor do <u>(g)</u> .	Multa <u>(e)</u> de até <u>(h)</u> vezes o valor da <u>(i)</u> do agente
Proibição de <u>(j)</u> com Poder Público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou <u>(k)</u> por até <u>(l)</u> anos	Proibição de <u>(j)</u> com Poder Público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou <u>(k)</u> por até <u>(m)</u> anos	Proibição de <u>(j)</u> com Poder Público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou <u>(k)</u> por até <u>(n)</u> anos

(a) bens	(b) função	(c) 14	(d) 12
----------	------------	--------	--------





(e) civil	(f) acréscimo	(g) dano	(h) 24
(i) remuneração	(j) contratar	(k) creditícios	(l) 14
(m) 12	(n) 4		

**3. Qual medida deve ser adotada pelo juiz ao reconhecer a inexistência do ato de improbidade? Em que momento essa medida pode ser adotada?**

O juiz deve julgar a demanda improcedente, podendo tal medida ser adotada em qualquer fase do processo (art. 17, § 11 da LIA):

*Art. 17, § 11. Em qualquer momento do processo, verificada a inexistência do ato de improbidade, o juiz julgará a demanda improcedente.*

**4. Quais os possíveis resultados que devem ser advindos do acordo de não persecução civil para que ele possa ser celebrado?**

Ao menos os seguintes resultados (art. 17-B, incisos I e II, da LIA):

- a) o integral ressarcimento;
- b) a reversão à pessoa jurídica lesada da vantagem indevida obtida, ainda que oriunda de agentes privados.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRINO, Marcelo. DIAS, Frederico. PAULO, Vicente. Aulas de direito constitucional para concursos. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2013.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). A Constituição e o Supremo. 5. ed. Brasília: STF, Secretaria de Documentação, 2016.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

FURTADO, Lucas Rocha. Curso de direito administrativo. 5. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

LIMA, Gustavo Augusto F. de. Agências reguladoras e o poder normativo. 1. ed. São Paulo: Baraúna, 2013.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.



# ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.